

Em busca de uma tarifa de energia elétrica mais justa

OLIVEIRA, Gisele de. Entrevista com Nivalde de Castro: "Em busca de uma tarifa de energia elétrica mais justa". Instituto GeoDireito. São Paulo, 21 de agosto de 2009.

IGD News - O Gesel desenvolveu um estudo sobre a assimetria tarifária. O que provoca essa grande diferença entre áreas de concessão?

Nivalde de Castro - A metodologia de definição e o cálculo das tarifas provocam essa grande diferença. A base da metodologia é analisar intra-área de concessão a estrutura de custos e dividir estes custos pelos consumidores. Assim, regiões mais ricas e com mais consumidores tendem a ter tarifas menores, e, a grosso modo, o inverso se verifica.

IGD News - De que forma a assimetria tarifária impacta no desenvolvimento econômico regional?

Nivalde de Castro - Se a região mais pobre, onde há menos consumo e consumidores, tende a ter tarifas maiores, o vetor preço da energia pode criar uma barreira para a entrada de novas indústrias. E os consumidores, mesmo com rendas menores, pagam mais pela energia, diminuindo o seu poder de compra em relação aos outros bens de consumo e de poupança.

IGD News - O que pode ser feito para minimizar a assimetria tarifária no país?

Nivalde de Castro - As soluções são complexas e devem ser muito bem estudadas para não criar mais problemas. Nesta perspectiva, deve-se priorizar a solução para as famílias mais pobres via subsídios. Outras medidas passam pela isenção do ICMS para as famílias que recebem os benefícios da tarifa social.

IGD News - Que soluções o estudo do Gesel propõe para solucionar a questão?

Nivalde de Castro – O estudo sugere que o foco seja para as famílias de baixa renda que pagam tarifas sociais. Trata-se de um contingente populacional muito grande, que, pelo Princípio do Estado de Direito, deve pagar menos pela energia. Esta prioridade justifica-se porque uma família pobre do Maranhão paga, por kWh, quase o mesmo que uma família de classe média do Lago Sul de Brasília ou dos Jardins de SP. A sociedade brasileira não pode conviver com esta injustiça social.

IGD News - Atualmente, o Brasil possui uma das contas de luz mais alta do

munido. O que pesa tanto hoje na conta de luz do brasileiro?

Nivalde de Castro - Esta discussão é mais complexa do que a afirmativa parece indicar. Se a tarifa é alta, deve-se analisar suas causas. E na avaliação do Gesel, este valor reflete as condições e estágio do desenvolvimento econômico brasileiro. Por exemplo, o carro brasileiro é muito mais caro do que o dos EUA e da Europa. Por que isso acontece? Devido aos impostos altos. Mas a pergunta continua: por quê? Porque o Brasil precisa de impostos para investir em estradas, hospitais, escolas, saneamento, etc. que ainda são insuficientes. No caso do setor elétrico, precisamos de capital para construir muitas novas usinas? Sim, mas o capital no Brasil é caro. Precisamos levar energia elétrica para todas as famílias? Sim, mas como pagar? Criando encargos que incidem sobre as tarifas. Será que todos os encargos são necessários e eficientes? Devemos analisar, mas a lógica que explica as tarifas altas é o grau de desenvolvimento do Brasil.

IGD News - Como solucionar essa questão?

Nivalde de Castro – Uma das soluções é acelerando o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

IGD News - Qual a avaliação do senhor sobre o atual modelo do setor elétrico?

Nivalde de Castro – Classifico como bom. Estamos com um modelo consolidado em cinco anos. Deixamos para o passado a possibilidade e o perigo do “apagão”, mesmo que, tecnicamente, ele sempre paira sobre o setor devido ao alto grau de utilização da hidroeletricidade. Os marcos regulatório e institucional estão bem estruturados e consolidados. Mas, como tudo na vida, ainda pode ser melhorado. Neste momento, o que precisa ser ajustado é a metodologia e as regras dos leilões de energia nova. Os resultados dos últimos leilões, onde ganharam os empreendimentos de energia térmica a óleo, são um fato claro e objetivo de que ajustes se fazem necessários e, rapidamente, pois boa parte dos vencedores não tem condições de acesso ao crédito, logo sem condições de construir as usinas que, teoricamente, estão no deck das distribuidoras já a partir de 2010 e 2011.